

**TRABALHADORES
DA AUTOEUROPA
REJEITAM CONGELAMENTO
DE SALÁRIOS**

Pág. 4

**MOSTRA DE TEATRO
DE ALMADA
'INVADE' PALCOS
DO CONCELHO**

Pág. 12



**EDUCAÇÃO EM PALMELA
ACUMULA DÉFICE
SUPERIOR A SETE MILHÕES**

Pág. 8

**Somos
informação
segura**
semmais.pt

+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1364
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
**23 outubro
2026**
0,50

semmais

SEMENTEIRAS DO SADO EM RISCO ELEVADO

> Localizam-se na segunda zona mais produtiva do país mas os constrangimentos e dificuldades estão a comprometer a sustentabilidade de quase 5000 mil agricultores. Custos de contexto apertam e regras sanitárias da UE estão a deixar os responsáveis à beira de ataque de nervos.

Pág. 4



PSP NA PENÍNSULA EM ESTADO DE ALERTA

Falta quase tudo nas esquadras da PSP, em especial nos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal. O que não falta são os casos de 'burnout' num efetivo que precisa de mais de 400 reforços. Já os edifícios estão degradados e faltam meios de todo o tipo, nomeadamente os de cariz informático.

Págs. 2/3

Um terço dos autocarros da região já são elétricos ou a gás

A Carris Metropolitana tem como objetivo chegar a 2030 com toda a frota constituída por viaturas amigas do ambiente. Na Península há dificuldade em acionar novas carreiras devido à inexistência de terminais rodoviários.

Pág. 6



REDUÇÃO DE IRS ABRE LUTA ENTRE STC E CDU EM SANTIAGO

Pág. 7



PONTE SEIXAL-BARREIRO LIBERTA CENTENAS DE HECTARES DE CONSTRUÇÃO

Autarca barreirense, Rui Braga, diz que dentro de dez anos, com a articulação de todas as grandes obras previstas, toda a margem Sul será parte integrante da futura metrópole de Lisboa.

Pág. 6

HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO FAZ MASTECTOMIA ESPECIAL

Intervenção por via endoscópica permite preservar a pele e, em certos casos, o complexo-mamilar. Trata-se de uma reconstrução imediata, que melhora o bem-estar psicológico das doentes.

Pág. 5

SINES INVESTE MAIS DE TRÊS MILHÕES EM NOVA ESTAÇÃO

A plataforma fica na Alameda da Paz e vai responder às necessidades de mobilidade na zona urbana da cidade. O presidente do município continua a clamar pelo regresso do comboio de passageiros.

Pág. 8

NÃO HÁ MEIOS HUMANOS NEM MATERIAIS. POLÍCIAS DIZEM QUE AS CONDIÇÕES SE DEGRADAM DIA-A-DIA

Situação insustentável na PSP da península de Setúbal

Falta de tudo nas esquadras da PSP de Setúbal, Almada e Seixal. Os edifícios apresentam carências diversas. O efetivo policial precisa de mais 400 reforços. Falta meios informáticos e também meios de proteção policial e viaturas. Pressão das chefias conduz a inúmeros casos de “burnout”.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

HÁ PLACAS de fibrocimento, balneários sem água quente, instalações elétricas descarnadas, paredes com rachas, falta de climatização. Uma boa parte dos edifícios da PSP no distrito de Setúbal, incluindo o do Comando, apresentam carências e problemas diversos que, de acordo com o Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol), comprometem o desempenho do efetivo que, por sua vez, está muito aquém das necessidades. Os sindicalistas estimam que faltam cerca de 400 polícias.

Setúbal, Almada e seixal, as três maiores e mais populosas cidades do distrito, são também as localidades com maior incidência criminal e menos condições para que os polícias ali destacados possam trabalhar. Quem o afirma ao Semmais é o dirigente sindical do Sinapol, João Paulo Carriço.

“No geral, o Comando Distrital de Setúbal tem os seus serviços colocados em edifício antigo, com pouca manutenção, que de tempos a tempos, através das juntas de freguesia, das câmaras municipais e dos protocolos interadministrativos, recebem algumas intervenções que, no entanto, só servem para adiar os problemas”, diz o sindicalista.

Especificando alguns casos que serão dos mais graves, João Paulo Carriço refere que existem “placas de fibrocimento no edifício do comando”, em Setúbal, “manifestos problemas, na Divisão policial de Almada, por falta de manutenção” e na esquadra de Corroios, “que foi construída em 2013 mas que não dispõe de água quente nos balneários, tem urinóis selados por estarem avariados e nem sequer

tem climatização”. “Na esquadra de Corroios o problema da falta de climatização faz com que as portas das salas tenham de estar quase sempre abertas e isso prejudica a audição das vítimas, nomeadamente as de violência doméstica”, acrescenta.

O dirigente sindical diz que a esquadra do Seixal “é o pior local de trabalho do Comando Distrital” e justifica a afirmação referindo que o edifício tem problemas estruturais, com fissuras nas paredes, infiltrações de água que já originar diversos curto-circuitos e sem climatização. “Por vezes é mais confortável estar na rua do que no interior da esquadra. No Verão existe um problema de melgas que ninguém consegue solucionar”, diz o responsável contactado, acrescentando também que naquele edifício “não há saída de emergência, porque um dos acessos à rua está bloqueado”.

EIR E EPRI FUNCIONAM A 50 OU 60 POR CENTO

O distrito de Setúbal é, de acordo com os diversos relatórios de Segurança Interna elaborados nos últimos anos, o terceiro do país com mais criminalidade, seja geral seja violenta. Esse facto, refere ainda João Paulo Carriço, não se traduz, no entanto, na existência de um efetivo condizente com as necessidades. As equipas de Intervenção Rápida (EIR) e as Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI) “estão reduzidas a apenas 50 ou 60 por cento do efetivo”.

“No caso das esquadras os grupos operacionais funcionam com serviços mínimos, sendo manifestamente



impossível garantir os serviços em alturas de férias ou outras ausências. Há Esquadras de Trânsito e Esquadras de Investigação Criminal onde os elementos policiais entram sozinhos de serviço, seja nos turnos diurnos ou noturnos. Isto tem implicações de segurança óbvias, porque um elemento que não consegue garantir a sua segurança não pode, obviamente, garantir a segurança dos demais”, refere o dirigente do Sinapol.

“Poderíamos respirar bem melhor se no final do próximo curso fossem colocados 400 elementos no Comando de Setúbal”, acrescenta.

A juntar à deterioração dos edifícios e à falta de efetivos, o Comando Distrital Setúbal tem, também, uma gritante falta de equipamentos. É isso que frisa João Paulo Carriço. “Há uma manifesta falta de meios auto por falta de manutenção adequada. Faltam meios informáticos e, por ridículo que pareça, não existem impressoras, papel, canetas, agraphadores, etc. Também faltam equipamentos de proteção individual, nomeadamente

coletes balísticos. Também não existe o armamento adequado à realidade atual”, afirma.

O dirigente sindical afirma depois que atualmente são visíveis os sinais de desmotivação no efetivo do distrito “Não sentimos ter condições para executar os serviços em segurança e com profissionalismo”, diz.

O sentimento de insegurança relatado pelos polícias tem consequências no relacionamento destes com os delinquentes. “Existe uma maior ousadia por parte dos criminosos e um menor receio no confronto com as autoridades. Se antes as discussões eram resolvidas de forma física, nos dias de hoje qualquer pequeno problema leva ao uso de armas brancas e de fogo. A ousadia dos delinquentes é tanta que, recentemente, um grupo roubou um carro, circulou com ele algumas semanas, fez um roubo num supermercado na Amora e, passada uma semana, utilizando a mesma viatura, roubaram outro supermercado na Cruz de Pau, a apenas 50 metros da esquadra da PSP”, refere o sindicalista. ■



Há eleições, há obras. Há pressão, há “burnout”

A manutenção dos edifícios policiais há muito que é maioritariamente assegurado por juntas de freguesia e câmaras municipais, que desse modo se substituem ao Ministério da Administração Interna. “Por norma, na altura das eleições, as juntas de freguesia e câmaras ficam mais ativas na renovação e manutenção dos mais variados edifícios localizados na sua área de intervenção”, diz João Paulo Carriço.

O delegado do Sinapol na península de Setúbal refere, por outro lado, que todo o efetivo sente atualmente “uma enorme pressão” para que sejam apresentados números que estatisticamente favoreçam cada chefia. “Quando um elemento policial é colocado no terreno sabendo que as suas ferramentas de trabalho estão obsoletas ou são insuficientes, o risco aumenta e o desgaste psicológico torna-se insustentável. Para agravar as coisas, a gestão interna foca-se numa cultura de estatísticas. A pressão constante das chefias para alcançar metas e apresentar números não tem em conta as limitações das esquadras e dos equipamentos, nem as condições de trabalho dos polícias”.

“Os polícias são homens e mulheres sujeitos a níveis extremos de stress acumulado, que muitas vezes culminam em esgotamento (burnout), depressão e em taxas

alarmantes de suicídio e que têm sido ignoradas”, diz ainda o dirigente sindical, acrescentando que o Sinapol, ao longo dos anos, tem alertado os diversos comandantes para os problemas detetados. Infelizmente, por razões que desconhecemos, o Comando de Setúbal tem ignorado as forma reiterada as nossas solicitações”, afirma.

“Neste momento, no Comando de Setúbal, há quase diariamente alterações de escala por falta de elementos. Há desvio de elementos de serviços específicos para colmatar falhas e há constantes violações das determinações da Direção Nacional, seja devido à alteração das matizes de horários, seja em cortes de folgas ou através da colocação de elementos desarmados a efetuar serviços que só podem ser realizados por pessoal com arma. As equipas dedicadas às escolas e à violência doméstica são desviadas dos seus serviços para acompanharem a entrega de exames das escolas e para acompanharem e recolherem as ações de entrega de boletins de voto. Há pessoal das notificações a fazerem de condutores ou sentinelas, assim como há polícias sozinhos nas ruas. Já tem havido necessidade de encerrar serviços de atendimento ao público por falta de efetivos”, enumera João Paulo Carriço.

7 DIAS

VITÓRIA FC RESCINDE COM TREINADOR FILIPE MOREIRA

O Vitória FC anunciou, segunda-feira, ter chegado a acordo com o treinador Filipe Moreira para a rescisão do contrato. O técnico não resistiu ao difícil arranque de temporada, agravado pela eliminação precoce na Taça de Portugal, após a derrota caseira nas grandes penalidades frente ao GD União da Serra, no último domingo.

SETÚBAL ASSEGURA ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SESIMBRA

A câmara de Setúbal aprovou, na reunião de quarta-feira, uma proposta de acordo de cooperação com o município de Sesimbra que assegura a continuidade do abastecimento de água às localidades de Parral e Casal do Morreta, através da rede sadina.

ITÁLIA CAMPEÃ DO WORLD TROPHY DOS 6DAYS FIM EM SINES



A Itália conquistou o World Trophy, principal competição por equipas da 100.ª edição dos 6DAYS FIM Enduro das Nações, que terminou no último sábado, em Sines, depois de ter passado por Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém. O conjunto transalpino venceu igualmente a categoria Júnior, enquanto a competição feminina foi conquistada pela equipa dos Estados Unidos da América.

O acordo, que abrange 16 contratos ativos, permite manter o fornecimento aos dois aglomerados, uma vez que a rede de Sesimbra se encontra a cerca de 4,5 quilómetros, tornando o seu prolongamento demasiado dispendioso.

APS ATRIBUI BOLSAS A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

A Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) vai atribuir dez bolsas de estudo a alunos que tenham concluído o 12.º ano e ingressado no ensino superior público no ano letivo de 2026/2027. Destinada a jovens residentes nos concelhos de Sines, Portimão e Lagoa, a iniciativa pretende apoiar estudantes com dificuldades económicas, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Está ainda previsto o acompanhamento dos bolseiros por tutores selecionados entre os quadros técnicos da APS.



Homenagear os bombeiros tem de significar reconhecimento efetivo, respeito pelo seu trabalho e compromisso com as condições necessárias.

PAULO MAIA,
ereador da câmara de Setúbal no 143.º aniversário dos Bombeiros Voluntários

SEMENTEIRAS NA SEGUNDA ZONA MAIS PRODUTIVA DO PAÍS ESTÃO EM RISCO

Só os subsídios ainda mantêm os produtores de arroz em Alcácer

Para um agricultor um quilo vendido rende 40 cêntimos, mas os gastos de produção ascendem a 50. Cereal importado pode não respeitar determinações sanitárias em vigor na UE.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A PRÓXIMA sementeira de arroz na região do Sado pode estar comprometida. Os elevados custos de produção, que atualmente superam os valores de venda, estão a fazer com que muitos produtores ponderem não preparar os terrenos e proceder à sua venda. As implicações económico-sociais poderão ser devastadoras para um terço dos residentes no concelho de Alcácer do Sal, onde se estima que entre 4.000 e 5.000 pessoas dependam direta ou indiretamente desta atividade agrícola.

Os indicadores estatísticos compilados por produtores e associações agrícolas convergem todos num só ponto: Os custos de produção já são superiores aos valores de venda do arroz e a produção apenas de mantém porque existem subsídios que vão colmatando as quebras.

“Neste momento só quem produz mais de 6.000 quilos de arroz pode ter algum lucro, tendo em conta os subsídios atribuídos. Todos os restantes produtores que fiquem abaixo deste valor, mesmo com as ajudas financeiras, acabam por acumular prejuízos. O custo de produção de um quilo de arroz é de 50 cêntimos, ao passo que o custo de venda não ultrapassa os 40 cêntimos”, explica ao Semmais o produtor responsável pela Herdade de Portocarro, José Mota Capitão.

O mesmo produtor de Alcácer entende que sem uma intervenção estatal que faça aumentar o preço de venda a reverter para os agricultores, toda a atividade pode estar comprometida nos próxi-

mos anos. “Neste momento, nesta zona, ainda existem entre 400 a 450 produtores de arroz. No entanto há muita gente a ponderar o abandono. Os pequenos agricultores podem vender as suas terras a grupos. Muitas centenas de famílias podem ser seriamente afetadas, não só os que dependem diretamente da produção, mas também todo o comércio que subsiste paralelamente, sejam pequenos estabelecimentos de restauração ou outro tipo de comércio associado”, diz.

Para José Mota Capitão, o declínio da produção só não é mais sentido porque, no último ano, o Estado decidiu pagar subsídios relativos à totalidade dos terrenos de cada agricultor mesmo que estes tenham optado por deixar um terço por cultivar, evitando assim o acumular de prejuízos. “Esperamos que esta decisão se mantenha, porque é fundamental para a subsistência de muitas famílias”, acrescenta.

RECEIOS SANITÁRIOS ESTÃO A AUMENTAR

Com o anunciado declínio da produção regional (Alcácer é a segunda região, com 30 por cento das culturas do país, à frente do Mondego, que tem 20 por cento) têm aumentado as exportações deste cereal. Esse é, no entendimento dos agricultores do Alentejo Litoral, um outro problema, uma vez que associado ao mais baixo custo do produto comprado no estrangeiro está também um eventual problema de saúde pública.



IMAGEM DR

Produtos biológicos ganham mercado

A crise que afeta os produtores tradicionais de arroz está a fazer despontar um outro grupo: os que se dedicam à produção de arroz biológico. Em Alcácer do Sal a Rice n Sado tem vindo a ganhar cada vez mais clientes, vendendo diretamente para lojas que comercializam um produto livre de qualquer produto químico. Matilde Capoulas, que gere a empresa com o seu pai, diz que o negócio do biológico prospera mesmo que os subsídios que são pagos a quem tem esta atividade sejam inferiores aos que fazem a cultura tradicional. “Recebemos apenas um quarto dos subsídios que são pagos aos produtores tradicionais. É verdade que não utilizamos químicos e, por isso, também não temos os mes-

mos custos de produção”, afirma. Matilde Capoulas entende que o mercado está a aderir cada vez mais à produção biológica. “Vendemos um produto que não tem arsénio, um metal pesado que é altamente cancerígeno e que será responsável por muitas doenças detetadas na região, onde a monda acaba por espalhar os químicos para sítios onde estão as pessoas. Essa característica explica a adesão crescente ao nosso arroz, único do género produzido no Sado. Temos oito hectares e precisávamos de nos expandir, mas temos dificuldade em comprar novos terrenos, porque as pessoas que os têm não querem vender para poderem continuar a receber os subsídios”, diz.

“Neste momento Portugal importa cerca de 50 por cento do arroz que consome. Muito desse arroz vem de países como o Paquistão, a Índia, o Vietname, a Tailândia, o Brasil, o Suriname, a Argentina, o Uruguai ou o Egito. São países onde o controlo sanitário não obedece às mesmas regras aplicadas para o arroz produzido dentro da União Europeia. Isso significa que esses produtos podem ter sido tratados e produzidos com recurso a pesticidas e herbicidas que por cá são proibidos por serem considerados nocivos”, explica José Mota Capitão.

“Não é apenas uma preocupação com a utilização de químicos que podem ser nocivos para saúde dos consumidores. Na verdade, em muitos destes países, existe exploração de mão-de-obra infantil. Há pessoas que trabalham um dia inteiro a troco de uma malga de arroz. Essas devem ser outras das preocupações subjacentes”, acrescenta.

Considerando que a atual situação dos produtores nacionais é “uma desgraça completa”, José Mota Capitão entende que o problema só pode ser combatido a partir do momento em que o Governo tome uma decisão favorável aos agricultores: “A distribuição não perde margem de lucro e a indústria do setor, por não ter concorrência, faz o que quer. Carteliza os preços. São os agricultores que ficam ainda e sempre na base da pirâmide, com os prejuízos já referidos. Talvez por isso, daqui por poucos anos, não existam na zona de Alcácer, mais do que 50 produtores”. ■

Trabalhadores da Autoeuropa rejeitam congelamento de salários

OS TRABALHADORES da Autoeuropa dizem que não irão aceitar qualquer proposta da administração da empresa para congelamento dos aumentos salariais já acordados. Esta declaração surge na sequência do anúncio feito na Alemanha pelos responsáveis da Volkswagen, que estará a estudar a possibilidade de não proceder quaisquer aumentos salariais até 2030.

“Não temos qualquer conhecimento dessa pretensão. O que sabemos é o que foi divulgado na Alemanha e que, esperamos,

não inclui a nossa fábrica. Aqui, em Palmela, a administração não nos deu conta de qualquer intenção de congelar os salários e, pelo contrário, no último mês até procedeu ao pagamento de mais 50 euros, conforme havia sido acordado em anteriores negociações”, disse ao Semmais um representante da Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa, Nuno Santos.

O mesmo dirigente adiantou, por outro lado, que não existem motivos conhecidos para se proceder a um eventual congelamento

dos salários na fábrica de Palmela: “Não temos quebras de produtividade e, tal como já estava previsto, já temos dois novos modelos em linha, a serem produzidos. Isso significa que há trabalho e que o mesmo está a ser bem feito”.

Nuno Santos adiantou ainda, na eventualidade de as medidas aventadas na Alemanha poderem estender-se a Portugal, que os trabalhadores da Autoeuropa não mostram recetividade para ficarem com os salários congelados. “Não aceitamos e, por certo, iremos combater qualquer intenção nesse sentido. Seremos firmes na defesa dos nossos direitos”, disse ao nosso jornal.

A Comissão de Trabalhadores lembra que possui um acordo salarial celebrado com a administração da empresa e que o

mesmo é válido até 2027. Esse acordo prevê aumentos em duas fases. A primeira foi uma atualização de 2,8 por cento com um mínimo de 50 euros, e que já foi consumado em janeiro. A segunda fase do acordo deve consumir-se no final deste mês, com mais 2,5 por cento de aumentos, sendo o mínimo igualmente de 50 euros.

De acordo com o Conselho Europeu e Mundial de Trabalhadores do grupo Volkswagen, a intenção de administração em congelar aumentos salariais poderá ter repercussões em fábricas de todo o mundo, podendo vir a afetar cerca de 600 mil operários. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Hospital do Litoral Alentejano estreia mastectomia com reconstrução imediata

Intervenção por via endoscópica permite preservar a pele e, em casos selecionados, o complexo aréolo-mamilar, procurando reduzir complicações e melhorar a recuperação e o bem-estar psicológico das doentes.

O **HOSPITAL** do Litoral Alentejano realizou pela primeira vez uma mastectomia por via endoscópica com reconstrução mamária imediata, introduzindo uma nova abordagem cirúrgica no tratamento do cancro da mama na região. A técnica permite remover o tecido mamário e colocar uma prótese na mesma intervenção, procurando preservar a imagem corporal e facilitar a recuperação das doentes.

O procedimento, já utilizado na Fundação Champalimaud, Instituto Português de Oncologia (IPO) e o Hospital de São

Bernardo, em Setúbal, chegou agora à Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA). Segundo Manuel Caferra Amaro, médico da equipa de Senologia, a implementação foi possível graças à evolução das competências dos profissionais, desenvolvidas também através da observação de cirurgias realizadas por outras equipas.

Indicada para doentes que necessitam de mastectomia, a abordagem endoscópica permite preservar determinadas estruturas mamárias em casos selecionados. “Tentamos sempre que possível fazer uma



IMAGEM DR

mastectomia que poupa a pele e o complexo aréolo-mamilar”, explica o cirurgião ao Semmais.

Ao contrário da cirurgia convencional, a técnica recorre a uma câmara e a instrumentos introduzidos através de uma pequena incisão, permitindo visualizar melhor os tecidos durante a intervenção. “Conseguimos ir dissecando de forma

mais segura e tornando a cirurgia até mais fácil para nós e melhor para a doente”, afirma Manuel Caferra Amaro. Entre os benefícios estão a redução de complicações, como hemorragias e seromas e acumulações de líquido na zona operada.

A técnica não é, contudo, adequada a todas as mulheres. A sua aplicação depende

de critérios clínicos, nomeadamente do volume mamário, do grau de ptose e da localização e extensão do tumor, que não deverá invadir a pele ou o complexo aréolo-mamilar.

Além dos aspetos clínicos, o médico destaca a importância da reconstrução para o bem-estar psicológico das doentes. “A amputação deixa marcas psicológicas. Tentamos, no fundo, preservar a imagem da mulher”, acrescenta.

O cancro da mama é a doença oncológica mais frequente entre as mulheres em Portugal, com cerca de nove mil novos casos por ano. Segundo a ULSLA, a incidência também tem aumentado no Litoral Alentejano.

A equipa de Senologia acompanha cerca de 80 doentes por ano. De acordo com Manuel Caferra Amaro, são identificados, em média, entre 50 e 60 novos casos, número que pode atingir 70 a 80 em períodos de maior abrangência dos rastreios. Cerca de um terço das doentes necessita de mastectomia. ■

TEXTO DAVID MARCOS

PUBLICIDADE

SESIMBRA

TEMPORADA DE MÚSICA
CASA DA ÓPERA
CABO ESPICHEL

**20 a 29
novembro '26**

programa completo:

Ponte Seixal-Barreiro pode libertar centenas de hectares para construção

A CONSTRUÇÃO da ponte que vai unir os concelhos do Barreiro ao Seixal faz parte de um projeto global do Ministério das Infraestruturas e que deverá culminar, dentro de dez anos, com a construção da Terceira Travessia sobre o Tejo, a passagem, no primeiro daqueles concelhos, da linha ferroviária de alta velocidade, a chegada, aos dois municípios, do Metro Sul do Tejo e a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa. A par da ligação intermunicipal ficarão igualmente disponíveis algumas centenas de hectares para a edificação de habitação.

“A Infraestruturas de Portugal está a desenvolver os estudos prévios a que se seguirão a avaliação de impacto ambiental e a consulta pública”, confirmou ao Semmais o vice-presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga. “A câmara acompanha tecnicamente esse trabalho, que está na minha área direta de responsabilidade. A nossa preocupação é que a ponte Seixal-Barreiro seja pensada como uma parte de um sistema e não como uma obra isolada. Esse sistema inclui a terceira travessia, a alta velocidade, o novo aeroporto e Metro Sul do Tejo”, adiantou.

Rui Braga entende que a construção da ponte entre o Seixal e o Barreiro “não é uma reivindicação de dois municípios, mas uma peça da organização da própria

metrópole. O trabalho deve ser direcionado a questões concretas, como são as ligações às redes locais, a integração urbana das frentes ribeirinhas e transporte público”.

O conjunto de obras projetadas, onde o autarca inclui ainda o túnel entre a Trafaria e Algés, deve corresponder, diz o autarca, ao desenvolvimento de projetos de mobilidade em toda a região, nomeadamente o da expansão da rede do metro de superfície. “Mais do que perguntarmos quanto irá custar a ponte Seixal-Barreiro, devemos perguntar qual o grau de desenvolvimento que essa obra irá gerar nas próximas décadas, ao ligar territórios com centenas de hectares disponíveis para habitação, atividade económica e logística”, disse Rui Braga, considerando que a margem Sul do Tejo deve, cada vez mais, ser vista como uma das margens da metrópole de Lisboa. “a margem Sul deixa de ser vista (com a construção da futura estação ferroviária que fará a ligação a Espanha) como periferia e passa a ser parte integrante do novo centro funcional da metrópole. A ponte Seixal-Barreiro é a peça que permite estender esse efeito ao Seixal e a todo o Arco Ribeirinho Sul, que inclui os territórios industriais da Quimiparque e da Siderurgia Nacional, com integração do metro e do transporte fluvial”, concluiu. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO



Um terço dos autocarros da margem Sul já são elétricos ou a gás



A Carris Metropolitana tem como objetivo chegar a 2030 com toda a frota constituída por viaturas amigas do ambiente. Na península há dificuldade em acionar novas carreiras devido à inexistência de terminais rodoviários.

MAIS DE um terço dos autocarros que fazem serviço nas áreas 3 e 4 (os nove concelhos da península de Setúbal) da Carris Metropolitana são elétricos ou movidos a gás natural. Ao todo são 236 viaturas, correspondentes a 36,36 por cento da totalidade das que ali operam. A empresa e os operadores locais consideram que é possível atingir as metas ambientais traçadas para 2030, tendo a circular a totalidade da frota sem recurso a energias poluentes.

O propósito da descarbonização total da Carris Metropolitana foi salientado, na passada semana, pelo presidente da TML, Carlos Humberto, e pela secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Pinto Dias, durante uma cerimónia realizada na Póvoa de Santa Iria, Loures, onde foram anunciadas mais viaturas elétricas para operar na margem Norte.

Falando sobre a renovação da frota que opera na margem Sul, Carlos Humberto reconheceu que já existe uma aprovação do Tribunal de Contas para que possam ser adquiridos novos autocarros elétricos ou movidos a gás. “Precisamos de mais transporte e de mais oferta, mas as estradas não ajudam e os terminais são um problema muito sério. Por vezes temos de desistir de colocar

novas carreiras a funcionar porque, simplesmente, não temos onde parar”, referiu.

O presidente da TML salientou, por outro lado, que para dar cumprimento aos objetivos traçados, será necessário mais dinheiro. “A bilhética é importante, mas não chega. Em 2030 queremos que todos os autocarros sejam elétricos. Não sei se será possível, porque os custos são muito elevados”, acrescentou.

Já a secretária de Estado da Mobilidade acentuou a necessidade de haver mais pessoas a utilizarem os transportes públicos, referindo que “é necessário combater a pobreza da mobilidade” e “dar mais conforto e qualidade” aos passageiros. Sobre o reforço de autocarros elétricos nas diversas áreas de atuação, Cristina Pinto Dias foi explícita quando anunciou que “não precisamos de um comboio em cada concelho do país, mas precisamos de ter mobilidade em cada freguesia”.

17 POR CENTO DA FROTA RESPEITA O AMBIENTE

Respondendo a uma solicitação do Semmais, a empresa explicou, relativamente às zonas de operação na península, que possui atualmente 358 veículos na área 3 (Almada, Seixal e Sesimbra), dos quais 43 são elétricos e 17 são movidos a gás natural comprimido. O total de

60 viaturas com tecnologias ambientalmente mais sustentáveis corresponde a 17 por cento da frota.

Em relação à área 4 (Setúbal, Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Barreiro), operam um total de 291 veículos, sendo 136 totalmente elétricos e 40 movidos a gás. Esta frota está, portanto, equipada com 60 por cento de viaturas sustentáveis.

A transportadora acrescentou ainda que há três anos, quando foram assinados os contratos com as diversas operadoras, apenas se previa que cinco por cento das viaturas fossem “amigas do ambiente”. A aposta neste tipo de veículos, também assente em comparticipação de fundos via PRR, resultou, portanto, num aumento de veículos superior a 31 por cento.

“Quanto a eventuais investimentos em 2027, é possível que a frota venha a ser reforçada com veículos elétricos. No entanto, uma vez que estes investimentos dependem, entre outros fatores, de candidaturas a fundos de financiamento e dos prazos de produção e entrega dos veículos, incluindo os fabricados fora do território europeu, ainda não é possível confirmar novas aquisições, o respetivo calendário ou os montantes envolvidos”, respondeu a empresa ao nosso jornal. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

IMPACTO DA MEDIDA PODE REDUZIR A RECEITA EM CERCA DE 250 MIL EUROS

STC e CDU divergem sobre redução da participação municipal no IRS

TEXTO DAVID MARCOS

A REDUÇÃO da participação de Santiago do Cacém no IRS, de 5% para 4,5%, abriu uma frente de divergência política entre o movimento Somos Todos Cidadãos (STC), que lidera a câmara, e a CDU, principal força da oposição. A medida, aprovada pela Assembleia Municipal, representa uma quebra de receita de cerca de 250 mil euros e divide os dois lados quanto à distribuição dos benefícios e às prioridades de investimento.

Em declarações ao Semmais, o presidente da autarquia, Bruno Gonçalves Pereira, apresenta a descida como o primeiro passo de um compromisso eleitoral. “Queremos ir progressivamente reduzindo esse valor que vai para o município para zero”,

afirma, ressaltando que novas reduções dependerão da situação orçamental e da capacidade de manter os serviços e o investimento.

A CDU contesta, porém, a distribuição dos benefícios. “Esta medida parece que é igual para todos, mas não é”, contrapõe o vereador Fábio Pereira. Segundo o eleito, mais de metade dos agregados fiscais do concelho declarou rendimentos brutos anuais inferiores a 19 mil euros, pelo que muitos contribuintes poderão receber apenas dois ou três euros por ano. Quem não paga IRS, acrescenta, não beneficia da devolução.

Bruno Gonçalves Pereira rejeita a crítica e considera que



IMAGEM DR

a progressividade do imposto já assegura uma diferenciação fiscal. “Quem não paga IRS não pode receber de volta um imposto que não pagou”, argumenta, lembrando a existência de outras medidas de apoio às famílias mais vulneráveis. O autarca garante que a redução da receita

não compromete esses apoios, num orçamento municipal que ronda os 55 milhões.

Para Fábio Pereira, os 250 mil euros poderiam ser canalizados para áreas como a habitação, os transportes, a ação social e a requalificação dos caminhos rurais. O vereador defende ainda o

alargamento da oferta gratuita de cadernos de atividades escolares, privilegiando medidas com benefícios mais abrangentes para a população.

A discussão teve também repercussões em Santo André. A Assembleia de Freguesia aprovou, por sete votos contra seis, uma recomendação para que o presidente da junta, David Gorgulho, eleito pela CDU, apoiasse a redução do IRS na Assembleia Municipal, onde a proposta viria a ser aprovada.

O autarca considerou que a iniciativa procurava condicionar a sua posição. “O voto é meu, a responsabilidade é minha e o mandato que exerço não está sujeito a instruções políticas”, afirmou em comunicado, contestando também a expressão “Santo André decidiu”, usada pelo STC nas redes sociais. ■

PUBLICIDADE



Uma torneira aberta pode gastar 12 litros de água em apenas um minuto. Se cada pessoa desperdiçar 1 minuto de água por dia em Portugal, são 120 milhões de litros de água, o suficiente para satisfazer as necessidades básicas diárias de um milhão de pessoas.

A água é essencial à vida e merece toda a nossa atenção. Seja mais consciente e evite gastos desnecessários.



portaldagua.pt

PLATAFORMA NA ALAMEDA DA PAZ RESPONDE ÀS NECESSIDADES DE MOBILIDADE

Sines investe mais de 3 milhões numa nova estação de transportes

Infraestrutura na Alameda da Paz pretende melhorar as ligações rodoviárias e as condições de acolhimento dos passageiros. Álvaro Beijinha volta a defender o regresso do comboio de passageiros.

TEXTO DAVID MARCOS

SINES prepara-se para construir uma nova Estação da Mobilidade para responder às necessidades de transporte de uma cidade que recebe diariamente milhares de trabalhadores do complexo industrial e portuário, além da população residente. Em declarações ao Semmais, o presidente da câmara, Álvaro Beijinha, considera a obra “absolutamente estruturante” para acompanhar o crescimento do concelho.

Sem uma verdadeira estação rodoviária há vários anos, Sines dispõe atualmente de “um pequeno quiosque,



IMAGEM DR

sem quaisquer condições para as pessoas ou para os autocarros”, lamenta o autarca. O novo equipamento, previsto para a Alameda da Paz, nas traseiras da antiga estação ferroviária, deverá concentrar os transportes urbanos e regionais, incluindo áreas de apoio a táxis e outras ligações.

Encomendado pelo anterior executivo, mas nunca concretizado, o projeto foi recuperado pela atual câ-

mara, que adjudicou a empreitada por cerca de 3,06 milhões de euros, com um prazo de execução de 540 dias. A infraestrutura contará com dois cais cobertos para autocarros, estacionamento e edifícios de atendimento ao público e cafetaria.

A obra foi candidata ao Fundo para a Transição Justa, mas ainda não tem financiamento garantido. A autarquia aguarda uma resposta, embora Álvaro

Beijinha defenda o avanço da intervenção, que deverá contribuir também para requalificar aquela zona da cidade.

A falta de condições da atual paragem rodoviária é apenas uma das dificuldades de mobilidade identificadas pelo município. “Na questão do transporte público há muito tempo que é insuficiente aqui, não só em Sines, mas na região”, afirma o presidente, reconhecendo a existência de ligações por autocarro, mas apontando limitações na oferta do litoral alentejano.

Entre as principais reivindicações está o regresso dos comboios de passageiros, serviço que Sines perdeu há mais de três décadas. Para o autarca, uma ligação ferroviária rápida e confortável facilitaria as deslocações dos trabalhadores e poderia atenuar a pressão sobre a habitação, ao permitir que mais pessoas trabalhassem no concelho sem terem de residir na cidade ou recorrer diariamente ao automóvel.

A localização da futura estação, junto à antiga infraestrutura ferroviária, enquadra-se nessa perspetiva. Álvaro Beijinha, porém, não confunde os dois projetos e reconhece que a nova interface não garante a reposição do serviço ferroviário. “Não tenho a ingenuidade de pensar que vai ser isso que vai permitir trazer para aqui o comboio”, admite. ■

Educação em Palmela acumula défice superior a sete milhões

O **PROCESSO** de transferência de competências na Educação registava em Palmela, até dezembro de 2025, um défice acumulado superior a sete milhões de euros, segundo dados apresentados no Conselho Municipal de Educação. No último encontro, este órgão aprovou, por unanimidade, uma tomada de posição a exigir ao Governo a revisão do modelo de financiamento das competências transferidas para as autarquias.

Face a este posicionamento, ao Semmais a presidente da câmara, Ana Teresa Vicente, explica que a edilidade suporta despesas que não são compensadas pelo Ministério da Educação, desde a substituição de auxiliares em baixa prolongada à formação, fardamento e saúde ocupacional dos trabalhadores. As verbas para refeições escolares são insuficientes e os circuitos especiais de transporte, num concelho marcado por gran-

des distâncias, ficam a cargo do município.

“Não somos tarefeiras do Ministério da Educação, nem secretarias”, afirma a autarca, que critica a falta de interlocutores para discutir os problemas e defende que o atual modelo de governação não permite obter respostas e valorizar a escola pública.

As dificuldades não se prendem apenas com a gestão corrente da área da educação, mas estendem-se também ao parque escolar. O município apresentou candidaturas no valor global de 16,3 milhões de euros para requalificar as escolas básicas Hermenegildo Capelo, em Palmela, e José Maria dos Santos, no Pinhal Novo, que, segundo Ana Teresa Vicente, têm cerca de 40 anos e nunca foram alvo de intervenções. A autarca garante que os projetos estão concluídos, mas que ainda não recebeu resposta sobre o financiamento das obras.

Na Escola Secundária de Palmela, a autarquia reclama uma intervenção mais ampla, que continue fora das prioridades anunciadas. Além disso, o município construiu um pavilhão desportivo, reivindicado durante décadas e em funcionamento desde janeiro de 2025, por cerca de três milhões de euros, mas afirma não ter recebido os 625 mil euros de comparticipação assumidos pela tutela.

O aumento da população escolar, de 8241 alunos em 2020/2021 para 8930 em 2025/2026, agrava a pressão sobre os equipamentos. Entre as necessidades identificadas estão uma nova escola básica em Palmela, o alargamento da escola de Cabanas e um novo estabelecimento de ensino em Quinta do Anjo, para as quais a autarca insiste na resposta sobre o financiamento e acompanhamento do Governo. ■

TEXTO DAVID MARCOS



Moita reabilita drenagem no Vale da Amoreira

ENCONTRA-SE em curso uma intervenção de reparação e reforço da rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na Avenida 1.º de Maio, no Vale da Amoreira, concelho da Moita. A empreitada, promovida pela autarquia, representa um investimento de 239 845,91 euros.

Segundo o município, as obras recorrem a uma “técnica que dispensa a abertura de valas” e justificam-se pelo envelhecimento e utilização contínua das tubagens, que apresentavam problemas capazes de comprometer “a capacidade de drenagem e a fiabilidade de todo o sistema”. Os trabalhos pretendem corrigir essas anomalias e prevenir falhas no escoamento das águas.

A reabilitação é realizada no interior das próprias tubagens, sem necessidade de grandes escavações à superfície. Esta solução foi escolhida tendo em conta o movimento rodoviário e a atividade comercial e residencial da Avenida 1.º de Maio, uma das principais artérias do Vale da Amoreira.

De acordo com a câmara, o método permite “reduzir os condicionamentos de trânsito, o ruído e as poeiras habitualmente associados à abertura de valas”. A autarquia considera ainda que a técnica assegura um “reforço estrutural duradouro dos coletores” e um período de execução mais curto. ■

TEXTO DAVID MARCOS

GALERIA MUNICIPAL DO MONTIJO

VERDE QUE NÓS HABITA

EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS

PAULO CANILHAS

10 de outubro a
21 de novembro de 2026



 [galeriamunicipalmontijo](https://www.instagram.com/galeriamunicipalmontijo)

terça a sábado das 9h00 às 12h30
e das 14h00 às 17h30

Galeria Municipal do Montijo
Rua Almirante Cândido dos Reis, 12
2870-253 Montijo
telefone 21 232 77 36
e-mail cultura@mun-montijo.pt
www.mun-montijo.pt

CLUBE DO SEIXAL ASSEGUROU MANUTENÇÃO NA ÉPOCA PASSADA COM 39 PONTOS

Criar-T quer consolidar lugar no segundo escalão

Depois de garantir a manutenção com 39 pontos, o clube do Seixal mantém Eduardo Marques no comando técnico e aponta à terceira eliminatória da Taça de Portugal, apesar dos contratempos na formação do plantel.

TEXTO DAVID MARCOS

DEPOIS de terminar a última época no oitavo lugar, com 39 pontos, e assegurar a manutenção, o G.D. Criar-T prepara-se para nova campanha na II Divisão de hóquei em patins. O presidente, Fernando Marques, aponta à consolidação no segundo escalão, apesar das dificuldades sentidas na construção do plantel.

A temporada anterior foi “bastante competitiva” e “muito longa e desgastante”, recorda o dirigente ao Semmais. Por isso, o clube do Seixal procurou antecipar o planeamento e, em articulação com o treinador Eduardo Marques, identificou a necessidade de contratar dois jogadores: um para reforçar a defesa e outro para o ataque.

Os acordos chegaram a ser estabelecidos, mas nenhum dos atletas acabou por integrar a equipa. Segundo Fernando Marques, os jogadores não cumpriram os compromissos assumidos, uma situação que o levou a criticar a falta de respeito pelos acordos. “Os atletas são, de alguma forma, pouco pro-

fissionais e faltam à palavra e os clubes não se respeitam uns aos outros, sabendo de antemão que havia contratos assinados”, lamenta. O presidente defende, por isso, que a plataforma de registo da Federação Portuguesa de Patinagem funcione durante todo o ano, de modo a prevenir situações semelhantes.

ESTABILIDADE TÉCNICA E APOSTA NA FORMAÇÃO

Eduardo Marques, treinador desde 2022/23, continua a merecer a confiança da direção, que destaca a identificação com o projeto, a ligação aos jogadores e o conhecimento da modalidade. “É uma pessoa que veste a camisola”, sublinha Fernando Marques, realçando a articulação entre o trabalho diretivo e o desempenho da equipa dentro da pista.

Entre as continuidades destaca-se Filipe Bernardino, goleador luso-angolano que soma 147 golos em 105 jogos pelo Criar-T. Já os dois argentinos que integraram o plantel na época passada deixaram o



clube: um por iniciativa própria e outro por decisão da equipa técnica.

A formação mantém-se como uma das prioridades, num clube ligado a uma instituição particular de solidariedade social. “Há aqui uma preocupação muito grande na parte da formação humana”, afirma o presidente. A intenção é promover a integração de jovens na equipa sénior, embora a concorrência de emblemas de maior dimensão dificulte a sua retenção. Alguns acabam por regressar ao Seixal após passagens por outros clubes, onde não encontram as condições que esperavam.

No plano desportivo, repetir a campanha anterior seria um resultado positivo. “Se fizéssemos um campeonato como fizemos o ano passado, seria um campeonato satisfatório”, admite Fernando Marques. Na Taça de Portugal, a meta é alcançar a terceira eliminatória, com a possibilidade de receber um adversário de maior dimensão a alimentar a ambição: “Se recebéssemos um grande em casa, seria sempre bom”, conclui. ■

Ultra Trail Serra de Grândola reúne mais de 400 atletas

SUBIDAS íngremes, descidas acentuadas e trilhos de elevada dificuldade técnica marcam o Ultra Trail Serra de Grândola, que regressa a 1 de novembro para a 11.ª edição. A competição percorre caminhos e zonas florestais da serra, num desafio que combina resistência física, exigência técnica e contacto com a natureza.

“O Ultra Trail Serra de Grândola destaca-se de outras provas e eventos pelos fatores dureza e surpresa”, sublinha a Divisão de Desporto e Juventude da câmara municipal, em declarações ao Semmais. Muitos dos trilhos apresentam um elevado grau de dificuldade e atravessam

“densas áreas de montado de sobreiros, antigos montes alentejanos e miradouros com vistas panorâmicas para a planície alentejana e para o oceano Atlântico”.

Organizada pelo município e pelo Clube Amiciclo de Grândola, a prova conta com mais de 400 atletas inscritos, superando a participação registada em 2025. O programa inclui três distâncias competitivas: Trail Ultra, de 46 quilómetros, Trail Sprint, de 26, e Mini Trail, de 13,5, além de uma caminhada de 11 quilómetros.

As partidas e chegadas estão concentradas no Complexo Desportivo Municipal José Afonso. O Trail Ultra começa

às 8h00, seguindo-se o Trail Sprint, às 8h30, o Mini Trail, às 9h30, e a caminhada, às 9h35.

Os percursos são alterados anualmente, em função das condições naturais e dos recursos disponíveis para a sua preparação e sinalização. A organização procura, ainda assim, preservar desníveis acumulados e dificuldades técnicas acima da média, características que exigem preparação adequada dos participantes.

Além da vertente competitiva, o evento pretende valorizar o património natural da Serra de Grândola e atrair visitantes ao concelho. A autarquia espera que a presença dos atletas e das respetivas famílias contribua



para “impulsionar a economia, dinamizar o comércio local e gerar valor acrescentado”.

A edição de 2025, que assinalou os dez anos da prova, reuniu participantes de mais de 50 concelhos portugueses. Este ano, o regulamento prevê um limite de 750 inscritos, distribuídos pelas três competições e pela caminhada.

A iniciativa procura também incentivar a atividade física junto da população local, sobretudo através do Mini Trail e da caminhada, e proporcionar aos atletas do concelho a oportunidade de competir em casa. ■

TEXTO DAVID MARCOS



PONTO
ENERGIA

ARRÁBIDA

QUER AUMENTAR O CONFORTO TÉRMICO DA SUA CASA E POUPAR NOS CUSTOS DE ENERGIA?

SERVIÇO **GRATUITO** DE APOIO AO CIDADÃO

O que fazemos por si

- ✓ ANALISAMOS A SUA **FATURA** E AJUDAMOS A ESCOLHER O MELHOR TARIFÁRIO
- ✓ AJUDAMOS A PEDIR **APOIOS E FINANCIAMENTO** PARA MELHORAR A SUA CASA
- ✓ FAZEMOS **AVALIAÇÃO ENERGÉTICA GRATUITA** DA SUA HABITAÇÃO
- ✓ ACONSELHAMOS SOBRE SOLUÇÕES DE **EFICIÊNCIA E ENERGIAS RENOVÁVEIS**
- ✓ ORIENTAMOS NA CRIAÇÃO DE **COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL**

Visite-nos no local mais perto de si

Balcão fixo - De 2ª a 4ª

Ed. Escarpas Santos Nicolau - **SETÚBAL**

Balcão móvel - 5ª e 6ª

Parque Augusto Pólvora - **SESIMBRA**



ponto.energia@ena.com.pt



925 260 049

IMPLEMENTADO POR:



FINANCIADO POR:

**FUNDO
AMBIENTAL**

INTEGRADO NA REDE:



CARTAZ DO EVENTO APRESENTA CINCO ESTREIAS E REÚNE 150 PARTICIPANTES

Mostra de Teatro de Almada ‘invade’ palcos do concelho com 18 criações

30.^a edição reúne mais de 150 participantes e cinco estreias, entre comédia, teatro de rua e propostas participativas. Treze espetáculos contam com apoio municipal.

TEXTO DAVID MARCOS

A **MOSTRA** de Teatro de Almada regressa a 30 de outubro para a 30.^a edição, com 18 criações distribuídas por vários espaços do concelho até 29 de novembro. O programa reúne mais de 150 participantes e inclui cinco estreias, mantendo a aposta nos grupos e associações locais que caracteriza a iniciativa desde 1996.

A efeméride não motivou uma mudança de formato, mas antes a consolidação do evento. “Não procurámos um formato disruptivo pela efeméride, mas sim consolidar a escala do evento”, explica ao Semmais Paula Fontinha, chefe da Divisão de Cultura da câmara de Almada. A responsável destaca a participação voluntária dos projetos e a apresentação descentralizada de produções desenvolvidas ao longo do último ano.

Dos 18 espetáculos, 13 beneficiaram de apoio municipal à criação teatral e às artes



performativas. A programação cruza textos de Bertolt Brecht, Paul Viejo e Joël Pommerat com obras de autores ligados ao concelho, como César Melo, Paulo Sacaldassy e Carlos Amaral.

A abertura acontece a 30 de outubro, no Auditório Fernando Lopes-Graça, com “Algoritmo da Solidão”, do Teatro da Balada, uma criação coletiva sobre

uma sociedade mediada pela inteligência artificial. Seguem-se propostas como “Custe o Que Custar”, do Pé de Palco, e “Natural_Mente – Flores”, performance de rua marcada para Cacilhas, a 8 de novembro.

O programa inclui ainda “Cais2Cais”, um percurso teatral pelo Ginjal, “A Reunificação das Duas Coreias”, de Joël Pommerat, pelo Ninho de Víboras, e “Os

Habitários”, espetáculo de marionetas da EmbalArte dirigido também ao público infantil. Oficinas, jogos narrativos, debates e uma apresentação literária alargam a oferta para além dos palcos.

TRÊS DÉCADAS A VALORIZAR OS GRUPOS LOCAIS

Ao longo de três décadas, a Mostra acolheu centenas de espetáculos de dezenas de

coletivos, apresentados em diferentes espaços do concelho. Para Paula Fontinha, a iniciativa tem contribuído para “a criação de públicos alargados, descentralização e para a dinamização da atividade teatral e performativa de Almada”.

A responsável sublinha o empenho das estruturas locais, destacando as “criações coletivas e respetivos elencos, numerosos e de qualidade ímpar”, que permitem testemunhar “o empenho, a dedicação e o entusiasmo das dezenas de participantes”.

A continuidade do projeto está assegurada através dos programas municipais de apoio à criação artística. O objetivo passa também por “fomentar a qualificação das competências técnicas e artísticas dos participantes, reforçar a proximidade e os laços entre espectadores e artistas, e promover ativamente os hábitos de consumo cultural na nossa comunidade”, afirma. ■

“Jubileu e Romieta” leva príncipe do século XVII ao Seixal

UM **PRÍNCIPE** mulherengo do século XVII, obrigado pelo pai a casar com uma princesa que não deseja, pede ajuda à maga da corte para regressar ao passado e escapar ao casamento. Mas a máquina do tempo falha e acaba por transportá-lo até 2026. É este o ponto de partida de “Jubileu e Romieta”, uma comédia apresentada pelo grupo Artes e Magias, do Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho, no Cinema São Vicente, este sábado às 21h30.

Preso numa época que desconhece e sem dinheiro para reparar a máquina, o príncipe aceita ajudar uma mulher a casar o filho com a filha de um empresário rico, em troca do apoio necessário para regressar ao seu tempo. O plano, porém, acaba por gerar uma sucessão de equívocos.

Com encenação de Carla Rodrigues e texto original de

Espetáculo teatral sobe ao palco do Cinema São Vicente, este sábado às 21h30, para contar a história de desencontros amorosos e viagens no tempo.

Tiago Couto Ansani, a obra teatral aposta em personagens caricaturais e no contraste entre os costumes de duas épocas. “Há várias situações criadas que tornam a peça engraçada, como a de pessoas que vêm do passado e que não convivem com aquilo que temos hoje”, explica a encenadora, apontando



as novas tecnologias e o quotidiano moderno como fontes de humor.

Apesar da semelhança do título com “Romeu e Julieta”, Carla Rodrigues esclarece que a história nada tem a ver com a tragédia de Shakespeare. “O nome da peça foi-lhe apenas dado pela questão amorosa que está envolvida”, afirma. O texto, ori-

ginalmente brasileiro, foi adaptado para português pela encenadora, que já tinha considerado levá-lo a palco há alguns anos. Criado em 2014 por iniciativa de Carla Rodrigues, o Artes e Magias começou por apresentar espetáculos infantis, acompanhando depois o crescimento dos participantes. Alguns dos jovens atores estão no grupo desde os

sete ou oito anos e já frequentam a universidade. A escolha de uma comédia resulta também das preferências do elenco e da vontade de explorar um registo dirigido a jovens e adultos.

Atualmente, o grupo reúne cerca de 20 alunos, divididos entre uma classe infantil e outra juvenil. Mais do que formar futuros atores, Carla Rodrigues procura proporcionar experiências que desenvolvam a autoestima, a memória e a capacidade de falar em público. “O principal objetivo é dar-lhes diversão e um bocadinho mais de conhecimentos, valorizar a autoestima deles, estimular a parte da memória”, explica.

O espetáculo integra a terceira edição do “Entreteias”, projeto da câmara do Seixal destinado a valorizar e incentivar os grupos de teatro amador do concelho. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Incrível Almadense quer continuar a ser uma casa aberta a todos

A vetusta sociedade filarmónica tem uma longa história na identidade almadense, e continua a apostar na formação, na diversidade cultural e na proximidade à comunidade.

A **SOCIEDADE** Filarmónica Incrível Almadense celebra 178 anos de história sem perder de vista o futuro. Entre a preservação de um legado com quase dois séculos e a criação de novos projetos, a coletividade procura afirmar-se como um espaço de aprendizagem, convívio e participação, onde a cultura aproxima gerações e não conhece barreiras sociais.

“A cultura não tem cor política, a cultura não tem religião, a cultura não pergunta quanto uma pessoa ganha e a cultura não pergunta de onde veio”, afirma ao Semmais o presidente, Fernando Viana. O princípio reflete-se numa atividade que abrange a banda filarmónica, o teatro, o coro, o circo aéreo e a música tradicional, envolvendo entre 300 e 350 participantes de diferentes idades.

A formação é uma das prioridades da direção, com destaque para a escola de música, que passou de apenas dois alunos, no início da pandemia, para cerca de 22. A coletividade pratica preços reduzidos e disponibiliza instrumentos aos estudantes, procurando evitar que as dificuldades económicas das famílias condicionem o acesso à aprendizagem musical. A intenção é também captar crianças desde cedo e criar condições para uma futura integração na banda.

“Precisamos dar oportunidade àqueles que supostamente a sociedade às vezes se esquece”, sublinha Fernando Viana. A preocupação com a inclusão estende-se aos mais velhos, que participam em projetos como o coro e o In-



crível Tradições. Com uma comunidade que vai dos seis aos 94 anos, o dirigente considera que a diversidade da oferta permite encarar o futuro com confiança. “A amplitude que a Incrível tem a nível cultural deixa-nos claramente a olhar para o presente e o futuro de forma otimista”, afirma.

O concerto de gala e a sessão solene, realizados no início do mês, continuam a ser momentos centrais das comemorações. Para Fernando Viana, preservar estas tradições significa “respeitar aqueles que sempre o fizeram durante 178 anos” e honrar os princípios que moldaram a identidade da coletividade. Uma responsabilidade que o presidente associa às palavras de Carlos Guilherme, figura marcante na história da ins-

tuição: “no dia em que nós façamos as coisas diferentes ou erradas, deixamos de ser incríveis”.

A direção prepara novos projetos culturais e estruturais, mas prefere manter a reserva até estarem consolidados. “Nesta casa guardamos os objetivos até os conseguirmos”, explica o presidente, defendendo um crescimento gradual e sustentado.

Num contexto de dificuldades sociais e económicas, Fernando Viana acredita que o associativismo pode assumir uma importância crescente. A Incrível quer continuar a ser um espaço de encontro e partilha, onde as pessoas possam “voltar a ter união, bem-estar e ter oportunidade de estar e de falar”. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Festival Literário estreia com homenagem a António Lobo Antunes

UMA HOMENAGEM ao escritor António Lobo Antunes, falecido em março, marca a estreia do Festival Literário de Azeitão e Setúbal (FLAS), que decorre entre 4 e 7 de novembro. Promovida pela autarquia, a iniciativa reúne em dez espaços mais de 30 atividades, sob o tema “Literatura, Memória e Futuro”.

O tributo ao Prémio Camões 2007 abre a programação, às 19h00, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, com uma conversa entre Ana Margarida de Carvalho, Rui Cardoso Martins e a investigadora e tradutora Marisa Mourinha. O momento inclui ainda poesia, a exibição de “Cartas da Guerra”, de Ivo Ferreira, e uma oficina infantil inspirada em “Memória de Elefante”.

Apresentado na terça-feira, a festa pretende aproximar autores e o público em geral e incentivar hábitos de leitura. “Não queremos que seja apenas um momento de festa”, afirmou a vice presidente da autarquia, Maria do



Carmo Tiago, segundo nota enviada à redação do Semmais.

A autarca classifica o surgimento da iniciativa como “uma escolha política” que se encontra alinhada com a estratégia cultural do município. “Investir na cultura é investir nas pessoas, no território e no futuro do concelho. É apostar no conhecimento, na coesão, na identidade, na atratividade e na qualidade de vida”, acrescentou.

A programação continua na A Gráfica – Centro de Criação Artística que acolhe

o Mercado do Livro, com cerca de dois mil livros, e encontros com Maria Francisca Gama, Pedro Chagas Freitas e Rita Redshoes, nos dias 5, 6 e 7, respetivamente. Pedro Laires apresenta “A Poesia é uma Arma Carregada de Futuro” no último dia do certame.

Na Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, o futuro das bibliotecas e a inteligência artificial na escrita estão entre os temas em debate, com David Machado, a 6 de novembro. Nesse dia, “Camoins Hépyco-Lyrico”, de Simão Rubim e João Marta, aproxima os estudantes da obra de Camões através do humor.

Em Azeitão, o programa evoca Sebastião da Gama e Joana Luísa da Gama, com atividades na Casa-Memória e uma visita aos lugares do poeta. A Baixa de Setúbal recebe “Arte à Solta”, que convida o público a colorir montras a partir de textos literários e notícias antigas. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Agenda



“NÃO HÁ MACHADO QUE CORTE”

Com libreto de Rui Zink, o espetáculo, em cena no Cinema-Teatro Joaquim D’Almeida, inspira-se numa entrevista publicada na revista EVA, em 1942, a Maria Cachucha, a única mulher que abatia bois no Matadouro de Torres Vedras.

Montijo

24 de outubro, às 21h30



“A ODISSEIA”

O Cineteatro João Mota recebe a adaptação cinematográfica de Christopher Nolan de um dos mais conhecidos poemas épicos da Grécia Antiga, que tem no elenco Matt Damon, Charlize Theron e Anne Hathaway.

Sesimbra

24 de outubro, às 21h30



“DE LÉS A LÉS SABERÁS QUEM ÉS”

Pensado para os mais pequenos, o espetáculo da EmbalArte chega ao Cinema São Vicente com uma proposta que combina dança, estímulos sensoriais e expressão teatral e corporal.

Seixal

25 de outubro, às 11h00



“A FLAUTA MÁGICA”

Integrado na iniciativa “Ópera para Bebés”, da Associação Setúbal Voz, o espetáculo apresenta uma adaptação de um dos grandes clássicos da ópera, desta vez destinada aos bebés e famílias.

Setúbal

25 de outubro, às 11h00

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Protestar, sim. Violência, não, mas...

O direito à manifestação é uma conquista da democracia e uma das formas mais importantes de os cidadãos fazerem ouvir a sua voz. Os protestos em Lisboa e no Porto lembram-nos que uma sociedade livre não tem de ser uma sociedade silenciosa. Mesmo quando incomodam, as causas que levam as pessoas à rua merecem ser ouvidas e respeitadas.

Mas há uma linha que não deve ser ultrapassada. A manifestação deve ser pacífica e a atuação policial, firme quando necessário, mas sempre proporcional, responsável e dentro dos limites da lei. A autoridade não pode confundir contestação com ameaça, tal como o protesto não pode servir de justificação para a violência.

O que se tem visto em Paris e na Albânia deve servir de alerta. Quando o diálogo cede lugar ao confronto, todos perdem: os manifestantes, as instituições e a própria democracia. O bom senso não exige que se abdique da indignação, mas que se saiba transformá-la em participação cívica.

Protestar é um direito. Garantir que esse direito se exerce em liberdade e sem violência é uma responsabilidade de todos.

No caso português, julgo que estas bitolas - com exceção da primeira ação policial no Porto - não tem ultrapassado estas bitolas do bom-senso.

E, claro, um protesto para ganhar pressão e obter objetivos tem que ser resiliente, forte e audível. Pode mesmo criar incómodos. Veja-se os exemplos das greves, marchas lentas e outros. Não pode é ser cavalgado por 'intrusos' marginais, radicais e extremistas, de esquerda ou de direita, num aproveitamento capaz de elevar temperaturas e deixar um lastro de não retorno.

Mas também, neste caso, não pode nem deve ser incendiado pelas tutelas. Nem de um ministro vulnerável, que está a fazer prova de vida com trejeitos autoritários, nem de um governo surdo-mudo, sem capacidade de gerir o descontentamento e angústias de um boa parte da população.



JOÃO AFONSO LUZ
JURISTA

A água, enquanto elemento essencial à vida e ao desenvolvimento das comunidades humanas, tem de ser encarada como recurso estratégico.

Os desafios que se colocam à gestão do recurso água na Península de Setúbal, levaram os municípios a promover, a partir de 1974, décadas de investimento na infraestruturação dos seus territórios, passando da quase total ausência de cobertura dos serviços de abastecimento e saneamento para os mais elevados níveis nacionais e europeus.

Recorde-se que no início da década de 1970, a água potável canalizada chegava a poucos e que as condições sanitárias eram tão precárias que a região conheceu vários surtos de cólera.

Foram também os municípios, muito em particular através da AMRS, em parceria com outros agentes de desenvolvimento a atribuir centralidade a este tema na elaboração de documentos como o PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal.

O entendimento de que a água corre independentemente das fronteiras administrativas de cada município, a ideia de que a gestão de um recurso do qual dependem direitos humanos (como o acesso ao abastecimento e ao saneamento) deve estar sujeita a lógicas de serviço público, a consideração de que toda a região ganha com uma gestão integrada do recurso e que nenhum território deve ficar excluído, conduziram à proposta de criação de um sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta.

A partir dessa proposta, os municípios constituíram a AIA - Associação Intermunicipal de Abastecimento de Água da



À PARTE
LEVI MARTINS
*DIRETOR DA COMPANHIA
MASCARENHAS-MARTINS*

Estamos em cena com “O Julgamento de Artemisia Gentileschi”, uma co-produção Mascarenhas-Martins e O Fim do Teatro, até ao primeiro dia de Novembro. A história deste espectáculo começa quando o Pedro Saavedra veio assistir a um dos espectáculos criados pela Maria Mascarenhas nos últimos anos - uma parte da tetralogia dividida pelas estações do ano: Primavera, Outono, Inverno, Verão. A certa altura disse que gostaria de escrever um texto para a Maria encenar, com base na história da pintora italiana Artemisia Gentileschi. A figura é fascinante por diversos motivos, mas o que começou a tornar-se central foi a constatação de que esta artista extraordinária nunca se deixou esmagar pelas circunstâncias. E que, apesar de todas as dificuldades inerentes ao facto de ser mulher no século XVII, marcou a História da Arte - embora muito do seu trabalho só tenha sido devidamente reconhecido e valorizado séculos depois da sua morte.

Embora, como o título indica, a acção se desenrole em torno do julgamento (por ter sido violada por Agostino Tassi), o espectáculo segue por um caminho múltiplo, entre diferentes tempos e perspectivas sobre o que se poderá imaginar que terá sido Artemisia Gentileschi enquanto artista e, claro, enquanto mulher simultaneamente sensível e indomável. E, de um ponto de

SISTEMA INTERMUNICIPAL, UM CONSENSO PELA ÁGUA

Região de Setúbal, desenvolveram vários estudos técnicos e científicos, debateram vários cenários, visando a constituição do referido sistema intermunicipal.

A recente apresentação de um estudo sobre disponibilidades hídricas, desenvolvido por iniciativa da Águas de Portugal, com a participação da academia, de especialistas, de profissionais do sector, veio aprofundar a convicção da necessidade de concretização de um sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta, corroborando a perspetiva que já consolidada na região.

A península de Setúbal precisa criar uma solução segura, dotada de redundâncias, com a centralização das captações em zonas mais produtivas do aquífero, evitando as zonas mais saturadas e pressionadas, com a renovação das redes existentes, ganhando eficácia e praticando tarifas sustentáveis económica e socialmente.

No mundo onde abundam incertezas, onde os regimes pluviais na região e no país têm vindo a sofrer alterações, com períodos de seca alargada e chuvas torrenciais a tornarem-se um novo normal, a criação de um sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta é a receita para garantir uma gestão do abastecimento às populações, um sistema regional e solidário, colocado ao serviço do desenvolvimento das comunidades e da proteção do recurso água.

Coloca-se agora uma exigência a todos os decisores políticos, a exigência de um consenso alargado sobre o caminho que os próprios têm vindo a percorrer e a da vontade política de concretizar este projeto determinante para o futuro da nossa região.

O JULGAMENTO DE ARTEMISIA GENTILESCHI

vista formal, dialoga com algumas das características da pintura da época, nomeadamente a utilização do chiaroscuro - embora enquadrando-as numa moldura contemporânea. Mas sobre o espectáculo prefiro não escrever mais, pois foi feito para ser apreciado ao vivo, nesse ritual tão antigo e tão rico que o teatro continua a proporcionar.

Artemisia Gentileschi é uma figura inspiradora por nos lembrar de como a tenacidade é importante, a procura por aquilo que sentimos que precisamos mesmo de fazer para podermos cumprir-nos enquanto seres dotados de uma vida interior que pode ir muito para lá das questões relacionadas com subsistência - embora, claro, Artemisia também tenha tido de lutar por condições para continuar a pintar. É evidente que muitas das causas urgentes do presente dizem respeito a questões concretas que já poderiam estar resolvidas se conseguíssemos, de uma vez por todas, superar esta terrível e artificial conflitualidade que é, creio, sintoma de uma angústia existencial colectiva perante a iminência de um fim que terá de chegar para dar lugar a qualquer coisa que não sabemos o que poderá ser. Os exemplos inspiradores, como o de Artemisia Gentileschi, podem ajudar-nos a manter o foco no que verdadeiramente importa, que acho que, lá no fundo, todos sabemos muito bem o que é.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / **f** /jornalsemmais



PAULO FREITAS DO AMARAL
PROFESSOR, HISTORIADOR E AUTOR

Há acontecimentos que, embora circunscritos a uma realidade local, revelam fragilidades mais profundas do Estado e da forma como uma comunidade política se relaciona com a sua própria memória. O recente episódio ocorrido em Alcácer do Sal, amplamente noticiado pela imprensa nacional, em que cerca de seis mil peças arqueológicas ficaram submersas em consequência das cheias, deve ser compreendido precisamente nessa perspectiva mais ampla. Não estamos perante um simples acidente provocado pela natureza, mas diante de um facto que interpela diretamente a responsabilidade pública na preservação do património cultural.

Alcácer do Sal constitui um dos mais antigos núcleos urbanos continuamente ocupados da Península Ibérica. A sua posição estratégica junto ao rio Sado fez dela, ao longo de milénios, ponto de encontro de povos e civilizações diversas, desde comunidades pré-históricas até fenícios, romanos e muçulmanos. Cada fragmento cerâmico, cada instrumento, cada vestígio encontrado nas escavações arqueológicas representa uma peça de um vasto puzzle histórico cuja recomposição

OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS PERDIDOS DE ALCÁCER DO SAL

permite compreender não apenas a história local, mas também a formação cultural do território português. Quando tais objetos são postos em risco, não se danificam apenas bens materiais; compromete-se conhecimento científico que jamais poderá ser plenamente recuperado.

O episódio das inundações revelou, antes de mais, a vulnerabilidade estrutural de muitas reservas museológicas portuguesas. Não é desconhecido que inúmeros espólios arqueológicos se encontram armazenados em espaços adaptados, frequentemente situados em caves ou edifícios antigos, sem condições ideais de conservação preventiva. Esta realidade não resulta da incúria dos técnicos, cuja dedicação é geralmente exemplar, mas de uma insuficiência persistente de planeamento e investimento público. O património cultural permanece, demasiadas vezes, dependente da capacidade financeira das autarquias e da boa vontade de equipas reduzidas, quando deveria integrar uma política nacional coerente e estável.

A submersão das peças obrigará agora a um trabalho moroso e tecnicamente exigente de limpeza, estabilização e reclassificação. Em muitos casos será necessário repetir procedimentos equivalentes aos realizados após a própria escavação arqueológica. Tal esforço implica tempo, recursos especializados e financiamento continuado, elementos que raramente recebem a prioridade política que a sua importância justificaria. Acresce que parte da informação contextual associada aos

objetos pode ter sido afetada, o que representa uma perda científica silenciosa, menos visível do que a destruição física, mas igualmente grave.

Importa recordar que a proteção do património cultural não constitui mera opção administrativa. Trata-se de um dever público que decorre da própria ideia de Estado e encontra fundamento constitucional. A comunidade política assume a obrigação de transmitir às gerações futuras os testemunhos materiais da sua história coletiva. Não basta celebrar o passado em discursos comemorativos ou promover a imagem histórica do país para fins turísticos; é necessário garantir condições concretas de preservação, prevenção e resposta a situações de risco.

As cheias que atingiram Alcácer do Sal eram, em larga medida, previsíveis enquanto fenómeno natural num território ribeirinho. A previsibilidade do risco deveria ter conduzido a estratégias preventivas adequadas, designadamente a localização segura das reservas arqueológicas, a existência de planos de emergência específicos para acervos culturais e a digitalização sistemática dos inventários. A ausência dessas medidas revela uma falha que não é apenas técnica, mas sobretudo política, pois traduz a persistente tendência para considerar o património como matéria secundária face a outras prioridades públicas.

Todavia, a situação presente pode ainda transformar-se numa oportunidade. A necessária reorganização do espólio não deve

limitar-se a uma operação de salvamento destinada a repor a normalidade anterior. Poderá antes constituir o momento adequado para repensar o modelo de conservação arqueológica em Portugal, reforçando a cooperação entre administração central, autarquias, universidades e centros de investigação, criando infraestruturas modernas de armazenamento e promovendo a inventariação digital integral dos acervos. A recuperação das peças pode, assim, converter-se num projeto científico e institucional exemplar.

Existe uma dimensão simbólica neste episódio que não deve ser ignorada. A lama que cobriu milhares de objetos recorda que a história não é uma abstração distante, mas uma realidade material vulnerável às contingências do presente. Um país mede também a sua maturidade cívica pela forma como protege aquilo que herdou e que não pode voltar a criar. Estradas constroem-se novamente, edifícios erguem-se de raiz, mas o património arqueológico, uma vez perdido, desaparece definitivamente.

Os achados arqueológicos de Alcácer do Sal não pertencem apenas à cidade nem sequer apenas à geração atual. São parte integrante da memória coletiva nacional. A resposta que agora for dada determinará se este episódio ficará registado como uma fatalidade inevitável ou como o momento em que o Estado português compreendeu finalmente que preservar o passado é uma das formas mais exigentes de responsabilidade perante o futuro.

PUBLICIDADE

TEATRO POLITEAMA

MIGUEL DIAS MARINA MOTA JOAQUIM MONCHIQUE PAULA SÁ

MIL VEZES REVISTA

de Filipe La Féria

4ª a Sábado às 21h e Sábado e Domingo às 17h

Reservas: 213 405 700 - 964 409 036 - politeama.bol.pt

PUBLICIDADE

teatro
estúdio
fontenova

101ª produção M/16

fórum municipal luísa toti

19 a 22 nov – 07 a 10 jan

qui a sáb 21h – dom 16h

sessão para escolas 08 jan 11h

2026/27

stabat mater

encenação José Maria Dias texto Antonio Tarantino interpretação Sara Túbio Costa

REPÚBLICA PORTUGUESA

dgARTES

Scutal

LEIJA 1001

ANTENA 2

semmais

SOM BAIXA

companhias

performart

23outubro2026 / semmais / 15

Dona ERMELINDA

FAZ PARTE DA SUA VIDA

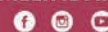
TRADIÇÃO E
EXCELÊNCIA,
EM TODOS OS
MOMENTOS.

Vinho tinto rico em frutos vermelhos
bem maduros, bem harmonizado
com a madeira. Final de boca cheio,
complexo, longo e agradável.

*Red wine rich in very ripe red fruits
well combined with the wood.
Full, complex, long and
pleasant aftertaste.*



WWW.ERMELINDAFREITAS.PT



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.

